

**CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO - CTAP**  
**CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH**  
**ATA DA 78ª REUNIÃO**

Data: 9 de dezembro de 2014.

Local: SRHU/MMA, Brasília/DF.

**REPRESENTANTES:**

1. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG): Paulo Henrique Siqueira Isobe (paulo.isobe@planejamento.gov.br)
2. Ministério dos Transportes (MT): Alexandre Vaz Sampaio (alexandre.v.sampaio@transportes.gov.br)
3. Ministério da Integração Nacional (MI): Cristiano Egnaldo Zinato (cristiano.zinato@integracao.gov.br)
4. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA): ausência
5. Ministério do Meio Ambiente - MMA/SRHU: Marcelo Jorge Medeiros (marcelo.medeiros@mma.gov.br)
6. Ministério do Meio Ambiente - MMA/ANA: Ciro Garcia Pinto (ciro.pinto@ana.gov.br)
7. Ministério das Minas e Energia - MME: Vania Maria Ferreira (vania.ferreira@mme.gov.br)
8. CERH BA/SE: ausência
9. Prestadoras de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (SABESP/CASAN): Ieda Marcelino Duarte (iedaduarte@caesb.df.gov.br)
10. Prestadoras de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (CEDAE/CORSAN): ausência
11. Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica: Wagner Lopes (wagner.lopes@aes.com)
12. Pescadores e Usuários da Água para Lazer e Turismo: ausência
13. Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas - CBHs: ausência
14. Organizações de Ensino e Pesquisa – OTEPs (ABRH): ausência
15. Organizações Técnicas – OTEPs (LACTEC): Anna Virgínia Machado (annav.machado@gmail.com)
16. Organizações Não-Governamentais – ONG (Fonasc): João Clímaco (fonascbh@yahoo.com.br)
17. Organizações Não-Governamentais – ONG (Coopermira): ausência

**DEMAIS PRESENTES:**

1. Carlos Henrique Medeiros (Comitê Brasileiro de Barragens) - chmedeiros@terra.com.br
2. Dorivaldo Pedro Martins (MPOG) - dorivaldo.martins@planejamento.gov.br
3. Joaquim Gondim (ANA) - joaquim@ana.gov.br
4. Patrícia Valls e Silva (Instituto Brasília Ambiental-IBRAM) - patricia.valls@ibram.df.gov.br
5. Carlos Motta Nunes (ANA) - carlos.motta@ana.gov.br

**RELATORIA:**

Tarcisio Nunes (SRHU/MMA) – tarcisio.nunes@mma.gov.br

**ASSUNTOS DISCUTIDOS:** No dia 9 de dezembro de 2014, a Câmara Técnica de Análise de Projeto (CTAP) do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) realizou sua 78ª reunião, em Brasília/DF, convocada há 20 dias, sob a presidência do Sr. Marcelo Jorge Medeiros

(SRHU/MMA), tendo como relator o Sr. Tarcisio Nunes (SRHU/MMA), da Secretaria Executiva do CNRH. [Item 1 - Abertura/Informes](#): o Sr. Marcelo (SRHU/MMA) lembrou aos presentes que a CTAP ficou parada por quatro anos, em razão da falta de pauta. Em seguida, solicitou que todos se apresentassem. Informou que essa composição tem mandato até janeiro de 2015 e, portanto, essa reunião é importante para estabelecer a agenda de trabalho para o próximo ano. Informou que a pauta da reunião estava simples, mas que era preciso reativar os trabalhos da câmara. O Sr. Marcelo (SRHU) leu as três prioridades estabelecidas pelo plenário para a CTAP, as quais foram projetadas para o período 2012-2013: problemas na navegação de rios ocasionados pela construção de usinas hidrelétricas, como o calado do rio Madeira pela construção das usinas de Santo Antônio e Jirau; ausência de eclusas em barramentos existentes e ausência de estudos de viabilidade da navegação dos rios no planejamento de novos barramentos, e segurança de barragens situadas à montante de áreas urbanizadas e diretrizes para operação, manutenção e fiscalização quanto à segurança das obras e planos de emergência. Em função dessas três prioridades, a Secretaria organizou duas apresentações: segurança de barragens (ANA) e modal hidroviário (Ministério dos Transportes). Existia uma pauta até 2010 que dominou a câmara: inciso 3 do Art. 35 da Lei 9.433/97, que acabou sendo resolvido após dois anos de reuniões: "III - deliberar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos Estados em que serão implantados". Houve nota técnica sobre o tema, foi a Plenário e aprovada. Portanto, não era mais uma pendência na última reunião. Na última reunião se discutiu as hidroelétricas na bacia do rio Paraguai. O resultado foi inconclusivo e não houve resolução ou moção. O MMA entende que o assunto está encaminhado, porque a ANA começou, no dia 04/12/2014, a fazer o plano de bacia do Alto Paraguai, no qual se discute os múltiplos usos. Essa bacia não possui comitê de bacia, então, há uma resolução do CNRH que trata dos planos e prevê que caso não haja comitê, deve-se criar um grupo de acompanhamento. Então, na última reunião plenária do CNRH, em 2013, foi criado esse grupo por meio de resolução, composta por 27 instituições. Eles se reuniram nos dias 4 e 5 de dezembro para começar o acompanhamento do plano. Portanto, restam as três prioridades definidas no início de 2013. Apesar dessas prioridades terem sido definidas em fevereiro de 2013, foram planejadas em 2012 e dessa época para cá, o Governo Federal realizou diversas ações e talvez já estejam ultrapassadas. O Sr. Marcelo (SRHU) informou que haveria as duas apresentações e, em seguida, decidiriam quanto a essas três prioridades. Informou que a segunda tarefa era avaliar se elas não estavam vencidas e assim, definir o plano de trabalho para 2015. Porém, primeiramente era preciso eleger um presidente para essa reunião. Não houve candidaturas e o Sr. Marcelo (SRHU) se ofereceu para presidir, sem manifestações contrárias. [Item 2 – Prioridades fixadas para a CTAP pelo CNRH](#): apresentação sobre a Política Nacional de Segurança de Barragens e ações dela decorrentes, pelo Sr. Carlos Motta (Agência Nacional de Águas), e apresentação sobre a navegação em rios com aproveitamentos hidrelétricos e a implantação de dispositivos de transposição de níveis em hidrovias, pelo Sr. Alexandre Sampaio (Ministério dos Transportes). O Sr. Carlos iniciou a apresentação informando que seu objetivo é contextualizar o que aconteceu nos últimos anos relativo ao tema segurança de barragens, ou seja, o que a ANA já fez e o que outras instituições fizeram. Além disso, apresentar um panorama dos desafios para implementação da política. A ANA mantém um cadastro das barragens que são fiscalizadas por ela, que se junta ao cadastro das demais instituições responsáveis pela manutenção do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, o SNISB. Houve a classificação das barragens por categorias de risco e dano potencial. Ele explanou sobre o sistema de fiscalização e o relatório sobre segurança de barragens, além de capacitação e treinamento. Ademais, informou que foram produzidos manuais técnico acerca da temática contendo modelos e guias para elaboração de projeto de barragens e o manual para a ANA e entidades fiscalizadoras. Destacou a Resolução 143 do CNRH, que trata dos critérios de classificação por dano potencial e categoria de risco. Destacou ainda, a Resolução 144 do CNRH de 2012, cuja ementa: "*Estabelece diretrizes para implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens, aplicação de seus*

instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, em atendimento ao art. 20 da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que alterou o art.35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997". Finalizou informando que a ANA assinou contrato com o Banco Mundial para desenvolver o tema de segurança de barragens, principalmente por sua experiência no uso de salvaguardas sociais e ambientais. A sessão de perguntas foi aberta e o Sr. Paulo Isobe (MP) comentou que a execução da Política Nacional de Segurança de Barragens carece de efetiva manutenção das barragens, pois o que se observa é que esse assunto se apresenta no PAC de maneira extremamente tímida. Apenas as barragens da transposição do São Francisco e algumas outras pontuais recebem manutenção. É necessário um diagnóstico nacional completo, com estimativa de custo e assim, repassar aos ministérios que tem responsabilidade sobre essas barragens, inclusive o Ministério do Planejamento. Em resposta, o Sr. Carlos (ANA) informou que um dos capítulos do Relatório de Segurança de Barragens traz uma listagem das barragens que estão classificadas como risco alto (más condições de manutenção). A ANA recebe informações dos órgãos estaduais sobre as barragens e com suas classificações de risco, extrai as barragens que estão com alto risco, incorpora no Relatório de Segurança de Barragens, envia ao CNRH, que por sua vez, envia ao Congresso Nacional com sugestões a serem incorporadas ao orçamento. Esse é o fluxo da lei. O Sr. Paulo (MP) concorda que a informação existe e está disponível, mas acha importante ir além, gerar algum tipo de provocação mais incisiva aos ministérios. Sr. Carlos (ANA) afirmou que o PAE – Plano de Ação de Emergência precisa ser regulamentado pelo respectivo órgão fiscalizador. O DNPM já regulamentou o que ele espera do PAE na área de mineração. A ANA já fez audiência pública e minuta de resolução, mas aguarda a avaliação da Teresa Viseu, do LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil - Portugal. O Sr. Marcelo (SRHU) declarou que a apresentação foi inserida na pauta para debater se há necessidade em ter mais regulamentação ou não sobre o assunto. O MMA está satisfeito com o que há e não percebe necessidade de nova regulamentação, pois ao CNRH cabe apenas as diretrizes gerais. O Sr. Paulo (MP) declarou que percebe diferença entre o que está normatizado e o que ocorre na realidade, pois os responsáveis pelas barragens não conhecem as regras ou se eximem de cumpri-las. Ou seja, falta fiscalização e multas para o cumprimento das regras. Segundo o Sr. Carlos (ANA), a lei já prevê punição a quem não a cumpre. A ANA a associa com a Lei de Recursos Hídricos, ou seja, regularizou as barragens com relação às outorgas. Caso haja irregularidade, a ANA pode multar, com base na Lei 9.433/97. A ANEEL e o DNPM entendem as irregularidades como infrações aos seus contratos de concessão. O Sr. João Clímaco (FONASC-CBH) declarou que o CNRH precisa voltar a dar encaminhamentos sobre esse assunto, pois não se vê os resultados. Caberia uma moção aos órgãos competentes para que a efetividade do controle das barragens avance. O Sr. Marcelo (SRHU) esclareceu que não caberia uma resolução, mas sim, uma moção para incitar à efetividade da política. O Sr. Paulo (MP) concorda sobre a importância de uma moção, nesse caso, que crie sanções quanto ao descumprimento da regulação das barragens. O Sr. João (FONASC-CBH) alertou para a necessidade de se discutir um conceito amplo de segurança de barragens, para além das questões de engenharia, ou seja, pensar também sobre a ótica da segurança hídrica. O Sr. Marcelo (SRHU) concordou com a afirmação do Sr. João (FONASC-CBH) e demandou ao Sr. Paulo (MP) uma minuta de moção. O Sr. João (FONASC-CBH) se ofereceu para elaborar conjuntamente. Apresentação sobre a navegação em rios com aproveitamentos hidrelétricos e a implantação de dispositivos de transposição de níveis em hidrovias, pelo Ministério dos Transportes, proferida pelo Sr. Alexandre Sampaio. A apresentação objetivou explanar sobre o Plano Hidroviário Estratégico, lançado pelo Ministério dos Transportes, em 2012, que trata sobre o transporte hidroviário interior e a perspectiva do Ministério até 2031. A Política Nacional de Transportes carecia de um detalhamento na parte hidroviária. Está sendo elaborado o Plano Nacional de Logística Integrada que irá integrar os modais de transporte ligados ao Ministério dos Transportes aos ligados à aviação civil, por exemplo. O objetivo do Ministério é aumentar o percentual de uso dos modais hidroviário e ferroviário, alterando a matriz de

transporte brasileira. Esses dois modais tem maior eficiência energética e capacidade de carga, comparados ao rodoviário. O Plano Hidroviário Estratégico analisa as condições de navegabilidade em oito bacias hidrográficas, cerca de 40 mil km de vias. A proposta do Plano é que, em 2031, se transporte 120 milhões de toneladas de produtos por hidrovias, sendo que atualmente se transporta 25 milhões. Outro objetivo é aumentar a extensão navegável para 9.500 km através das intervenções propostas. Estão previstos investimentos públicos e privados até 2031. Estão previstas ainda, a construção de eclusas concomitantemente aos barramentos, de forma integral. São articulações que o Ministério dos Transportes está fazendo com o Ministério de Minas e Energia, ANEEL e Eletrobras. Há um PL em debate no Congresso e uma resolução da ANA que tratam dessa questão. O Sr. João (FONASC-CBH) declarou que considera o processo de discussão da interface entre projetos de infraestrutura e rios muito lenta no Brasil. Essa questão vem tardia, pois deveriam ter previsto e instalado eclusas nos barramentos, evitando, assim, os conflitos. O empreendimento deveria se adequar ao rio e não o contrário. Citou o exemplo do rio Paraguai, que está sendo modificado para se adequar à hidrovia, alterando, assim, o equilíbrio ecossistêmico. Segundo o Sr. Alexandre (MT), todos os projetos de construção e manutenção de hidrovias são licenciados ambientalmente. Ademais, os projetos consideram as condições físicas do rio e não o contrário. O Sr. Wagner Lopes (ABRAGE) questionou os projetos de eclusas em barramentos existentes, considerando o modelo econômico e gerencial que está sendo estudado, devido a sua maior complexidade. Ademais, questionou qual a estratégia para aqueles projetados conjuntamente aos barramentos, ou seja, quem será encarregado da construção, operação e manutenção do empreendimento. O Sr. Alexandre (MT) destacou que só se constrói eclusas em locais com demanda de uso de transporte hidroviário. Nos locais onde já há barramento, os custos de construção serão do Ministério dos Transportes e não do setor de energia. A operação e manutenção do empreendimento dependerá da negociação entre as partes. No caso de novos barramentos, se houver navegabilidade e previsão de hidrovia, o custo fica para o setor energético. Se não houver, o custo será do Ministério dos Transportes. Mas ainda carece de reuniões com o Ministério de Minas e Energia para se chegar a um modelo. O Sr. Paulo (MP) questionou a construção de eclusas em locais sem viabilidade econômica, devido ao seu elevado custo, tendo em vista o PL 5335. O Sr. Alexandre (MT) informou que em alguns casos de novos barramentos podem construir apenas a parte civil, sem construir a eclusa, para o caso de futuramente ser viável economicamente. O Sr. Ciro Garcia (ANA) informou que nos projetos de novos barramentos tem que constar o projeto de eclusa, mesmo que se decida depois sua construção ou não. Ademais, perguntou sobre a previsão de lançamento do novo PNLT. O Sr. Alexandre (MT) informou que não há previsão de contratação, nem para 2015. Apenas o lançamento do PNLI, em 2015, pela EPL. O Sr. Cristiano Zinato (MI) perguntou se já foi feito o cruzamento entre as previsões de hidrovias e os barramentos existentes. O Sr. Alexandre (MT) informou que sim, que está concatenado com o inventário do setor elétrico. A Sra. Anna Machado (UFF) declarou que levando em consideração um projeto de país para os próximos dez anos, um local em que não seria necessário instalar uma eclusa, possa ser no futuro. Assim, perguntou como o cenário de futuro está sendo considerado, incluindo as mudanças climáticas. O Sr. Alexandre (MT) informou que o Plano traz indicativos, mas que precisarão de estudos específicos. O Ministério dos Transportes pretende incentivar o transporte hidroviário no país. Quanto às mudanças climáticas, essas são consideradas e, para tanto, são necessárias manutenções permanentes. A Sra. Vania Ferreira (MME) informou que o PL 5335 estabelece que a manutenção da navegabilidade é do responsável pelo barramento e solicitou detalhes. O Sr. Alexandre (MT) informou que a manutenção, inclusive da eclusa, deve seguir o que já acontece hoje: a manutenção é feita pela empresa de transporte, que pode ser a mesma de energia. O Sr. João (FONASC-CBH) criticou a desconsideração de variáveis sociais e ambientais no cálculo do custo-benefício de intervenções nos rios, como as eclusas. Para tanto, citou os exemplos dos rios Tapajós e Paraguai. Sugeriu que o tema continue a ser debatido no CNRH. O Sr. Marcelo (SRHU) entende que esse assunto é complexo e que o CNRH já se

debruçou sobre ele diversas vezes, pelo menos desde 2010. O Governo Federal procura realizar ações coordenadas, de modo a evitar conflitos entre os setores, pois além dos Ministérios de Transporte e Minas e Energia, envolve o MMA, devido ao licenciamento ambiental e as ações da ANA. Voltou a afirmar que o MMA não sente necessidade de maior regulamentação. Há necessidade, mas sobre as agências reguladoras. Assim, questionou aos membros se é necessário manter essa discussão sobre as eclusas na CTAP, uma vez que o CNRH não estipula regras específicas. O Sr. João (FONASC-CBH) criticou o fato de que em algumas bacias, como a do Tocantins, após a construção das eclusas, a navegação de pequeno porte praticamente acabou. Isso fere o princípio dos usos múltiplos. O Sr. Ciro (ANA) discordou, por entender que os pequenos usuários são os mais protegidos, inclusive durante a construção das hidrovias. O Sr. Wagner (ABRAGE) declarou não achar necessário novo arcabouço legal para viabilizar o funcionamento do sistema. [Item 3 – Elaboração do Plano de Trabalho da CTAP para 2015](#): o Sr. João (FONASC-CBH) questionou a elaboração de novo plano de trabalho, uma vez que, na última reunião da CTAP, em 2010, foram definidas as prioridades para a câmara. Havia a discussão de moção quanto à suspensão de novas PCHs no rio Paraguai até que se estabelecesse um modelo de uso das águas da bacia. Segundo o Sr. Marcelo (SRHU), quem pauta as câmaras é o CNRH e não o contrário. Informou que não é contrário à proposição da moção, mas que deveria ser proposta no plenário. O Sr. João (FONASC-CBH) argumentou que já constava nas prioridades e que o CNRH mudou a pauta da CTAP antes da solução dessa questão. O Sr. Marcelo (SRHU) rebateu informando que havia começado, na semana anterior, a discussão do Plano da bacia do rio Paraguai. E que se o conselheiro Sr. João (FONASC-CBH) entendesse oportuno propor o retorno dessa pauta à CTAP, que propusesse no plenário do CNRH, no dia 15 de dezembro. Ademais, o Sr. Marcelo (SRHU) entende que o assunto é transversal a mais de uma câmara e será tratado no Plano da Bacia. O Sr. João (FONASC-CBH) sugeriu que a CTAP se debruce sobre o Projeto de Transposição do rio São Francisco e os projetos que estão sendo implementados nos afluentes da margem direita do rio Amazonas, uma vez que seu Plano foi feito sem ampla consulta à sociedade, sobretudo nos rios Tapajós, Juruena e Teles Pires, onde vem ocorrendo conflitos com a população local. O Sr. Cristiano (MI) informou que foi elaborada uma lista de temas para a CTAP, que foi ranqueada pelo CNRH. Assim, sugeriu analisar essa lista, para definir os próximos temas a serem debatidos. O Sr. Marcelo (SRHU) confirmou que houve uma lista em 2012, ranqueada pelo CNRH, que definiram as prioridades para 2013 e 2014. Ele entende que as prioridades devem partir do plenário, mas se dispôs a procurá-la e disponibilizar aos membros da câmara antes da próxima reunião. O Sr. João (FONASC-CBH) solicitou a referida lista para discutir a pauta da CTAP, na primeira plenária de 2015, e resgatar os temas que mencionou. O Sr. Marcelo (SRHU) propôs, assim, como pauta para a próxima reunião, a discussão da minuta de moção sobre segurança de barragens. O Sr. Paulo (MP) retirou a indicação de que elaboraria uma minuta de moção, por entender que o assunto deveria ser mais bem discutido na câmara primeiramente e, então, elaborar um relatório ou moção. [Item 4 - Assuntos Gerais e Encerramento](#): o Sr. Marcelo (SRHU) informou sobre a pauta da 32ª Reunião Ordinária do CNRH, que iria ocorrer nos dias 15 e 16 de dezembro. Ele propôs realizar a próxima reunião, se possível, na segunda quinzena de fevereiro, já com a nova composição definida pelo CNRH. A pauta seria: debater a necessidade ou não da moção relacionada à Política Nacional de Segurança de Barragens, discutir a questão do Alto Paraguai e, por fim, as prioridades para o plano de trabalho para 2015. Não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Marcelo (SRHU) agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos desta 78ª Reunião da CTAP.

Ata aprovada durante a 79ª Reunião da CTAP, em 20 de abril de 2016.

PAULO HENRIQUE SIQUEIRA ISOBE  
Presidente

TARCISIO NUNES  
Relator